

Gasto com servidor cai R\$ 2,1 bilhões

Só a economia com cancelamento de reajustes salariais será de R\$ 1,5 bilhão em 1998

BRASÍLIA — As medidas de ajuste fiscal anunciamas ontem vão representar um corte de R\$ 2,141 bilhões nas despesas do governo já previstas com o funcionalismo público para o ano que vem, segundo o ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira. Ele disse que o governo prevê economia de R\$ 1,5 bilhão no orçamento de 1998 com a não-concessão de reajustes salariais para o funcionalismo.

O Ministério da Administração pretende economizar outros R\$ 641 milhões com corte imediato de despesas com a demissão de servidores não-estáveis, cujo número é estimado em 33 mil, e com o corte de cerca de 30 mil aposentados.

Cerca de 144 mil aposentados e pensionistas não se cadastraram e o governo estima que 30 mil deles não vão aparecer para regularizar sua situação, o que permite a exclusão desse pessoal da folha de pagamento da União.

Nos R\$ 641 milhões, segundo Bresser Pereira, está incluída a previsão de economizar R\$ 20 milhões por ano

com a proibição do pagamento de horas extras e R\$ 5,1 milhões com a extinção da incorporação de décimos (parcelas incorporadas aos salários de quem tem cargo em comissão).

O ministro reafirmou que, nos próximos dias, o governo vai divulgar os critérios para demissão dos servidores não-estáveis.

Segundo Bresser, a preocu-



Bresser Pereira: critérios objetivos para anunciar as demissões

PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS ESTÁ PROIBIDO

pação do governo foi adotar critérios objetivos, preservando as carreiras de Estado, aquelas de atividades-fim dos ministérios (como agente administrativo do INSS, que faz

atendimento ao público) e, ainda, as carreiras não incluídas no Programa de Demissões Voluntárias (PDV).

“Os critérios são rigorosamente objetivos, para preservar o princípio da impessoalidade e para que realmente só haja demissão de funcionários em excesso”, disse.

As demissões, de acordo com o ministro, devem concentrar-

se nos próximos dois meses. Os servidores que estão na mira são os de atividades de áreas-mídia, como agente administrativo e outras atividades burocráticas.

As listas ainda não estão prontas, mas haverá, em alguns órgãos, casos de extinção total de carreiras. Entre elas deverão estar funções hoje existentes na Escola Nacional de Administração Pública, Fundação Roquette Pinto, Fundação Nacional de Saúde e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Cada servidor vai receber indenização correspondente a um salário por ano trabalhado, o que representará para o governo um gasto previsto em R\$ 321 milhões.

Wilson Pedrosa/AE